A fronteira, os tratados e os mapas: a formação territorial do Brasil e os tratados de Madri e Santo Ildefonso[1]

Jessica Aparecida Correa

jessicapcorrea@gmail.com

Resumo

O presente artigo apresenta os principais tratados geopolíticos ocorridos no Brasil colonial durante o período pombalino, entre os anos de 1750 e 1777: os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777). Tendo como mediação a Geografia Histórica e a Cartografia Histórica, o trabalho busca identificar as formas de demarcação dos limites territoriais estabelecidos nas fronteiras do Brasil meridional e as disputas políticas travadas entre Portugal e Espanha. O estudo ganha relevância por trazer à cena a gênese dos atuais contornos e da extensão do território brasileiro, permitindo, dessa forma, a compreensão mais ampla das proposições dos referidos tratados, bem como das partidas demarcatórias executadas no período, revelando as estratégias de ocupação, interiorização e efetivação do domínio metropolitano sobre as vastas terras da colônia brasileira.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: fronteira, geopolítica, Tratado de Madri, Tratado de Santo Ildefonso, formação territorial do Brasil.

1 O artigo é resultado de trabalho realizado, entre os anos de 2011 e 2014, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Introdução

A geopolítica e a cartografia da definição das fronteiras luso-castelhanas no continente sul-americano representaram uma das principais questões que percorreram os séculos coloniais na formação territorial do Brasil; as expressões geopolíticas desse fato foram os tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777).

O recorte temporal em estudo (1750-1777) primou em delimitar o período de implantação das políticas territoriais pombalinas que visaram a assegurar o território colonial brasileiro. Tal recorte temporal nos permitiu examinar o material cartográfico relativo aos limites e às fronteiras produzidos nesse contexto. Esse intento prezou em localizar as formas de ocupação militar na imensa colônia continental brasileira e reconheceu as práticas empenhadas na usurpação das riquezas naturais dessas terras.

As nascentes relações sociais capitalistas, características do século XVIII, impuseram uma acirrada disputa comercial fomentada pela expansão ultramarina na Europa. Nesse cenário, o território colonial brasileiro foi marcado pelas formas de acumulação primitiva de capital, ocupando, dessa forma, lugar de "subordinação" à economia-mundo em ascensão.

Essas condições histórico-geográficas determinaram a formação territorial do Brasil, e é nesse sentido que se lançou mão de uma leitura retrospectiva proporcionada pela Geografia Histórica, que, como metodologia de estudos, permitiu conceber o território como resultado histórico da relação entre sociedade e espaço, na qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e de seu desenvolvimento — *post festum*.

Nessa concepção, tem-se o território como mediação explicável pelo processo de sua formação, sendo possível conceber a "geografia como uma história territorial". De acordo com Moraes (2011, p. 73):

> A expansão espacial — em suas motivações e estratégias — em si constitui um primeiro objeto da investigação da Geografia Histórica, sendo a consolidação do domínio territorial seu corolário, com a transformação dessas novas terras em áreas descontínuas de soberania estatal de cada metrópole, em outros termos, em territórios coloniais.

Contudo, no processo de formação territorial pode-se apreender uma simultânea "valorização do espaço" incitada pelo projeto colonizador, produzindo, dessa forma, disputas políticas, econômicas e ideológicas na representação e na construção do território apoderado. Ainda segundo Moraes (2000, p. 17), o território envolve "[...] a relação de uma sociedade específica com seu espaço, num

intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade reinantes numa paisagem e numa estrutura territorial".

A respeito da metodologia utilizada no artigo e, com base nesses apontamentos, o trabalho apresenta os delineamentos gerais dos tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777), como acontecimentos cruciais no processo histórico-geográfico de consolidação das fronteiras do Brasil colonial na segunda metade do século XVIII.

Além disso, o trabalho sugere uma periodização, definindo os diferentes momentos que caracterizaram os trabalhos cartográficos produzidos no contexto colonial. São eles "Reconhecimento", "Oficialização" e "Jurisdição". Essas definições têm um caráter didático, buscando retratar, respectivamente, o processo histórico e geográfico de identificação territorial, a obtenção de informações mais precisas sobre o funcionamento da colônia, e, portanto, da "oficialização" dos confins do Brasil e do seu "Sertão", e o período que se refere às negociações das fronteiras, dos tratados e da produção dos mapas, como documentos "legítimos" do Estado português, logo, "oficiais", e que forneceram o embasamento "jurídico" para a delimitação e a efetivação da posse das terras coloniais.

Sendo assim, a "caricatura" dos limites traçados *in loco* nos mapas do território colonial brasileiro no século XVIII já anunciava a configuração fronteiriça que o Brasil consolidaria no século seguinte. Entretanto, num primeiro momento, é importante esclarecer que o século XVIII resultou em momento "chave" da produção cartográfica portuguesa sobre o território do Brasil-Colônia. Foi nessa conjuntura que o território luso-americano passou a contar com representações cartográficas mais exatas, contendo maior número de informações. As técnicas, os instrumentos e os estudos contribuíram de maneira inegável, tendo em vista os avanços alcançados nesse século e as transformações oriundas das fileiras Iluministas.

Embora as regiões litorâneas continuassem sob o foco dos cartógrafos desde o século XVI, foi o interior da colônia que passou a se destacar nos meados do século XVIII. A tentativa da elaboração do "Atlas da América Portuguesa", solicitado por D. João V entre os anos de 1728-1729, é expressão desse fato. A contratação dos trabalhos cartográficos realizados pelos Padres Matemáticos João Baptista Carbone e Domingues Capassi, e, posteriormente pelo português Diogo Soares, revelaram que os mapas produzidos deveriam fornecer detalhes acerca dos territórios da colônia brasileira, a fim de estabelecer efetivamente o seu controle.

Como elucida André Ferrand Almeida (2001, p. 108), tratou-se, na verdade,

de um projeto que pretendia a realização de um vasto inquérito sobre as vias de comunicação fluvial e terrestre, os recursos econômicos e humanos do espaço brasileiro, cuja ideia principal era projetar uma unidade espacial da colônia brasileira que seria concretizada no futuro.

Os trabalhos de mapeamento, inventários dos recursos naturais e dos aldeamentos indígenas, tinham por finalidade definir os pontos estratégicos para a definição da fronteira e examinar a capacidade do território de oferecer riquezas, fossem elas metais preciosos, especiarias ou a escravização da mão de obra indígena.

Os mapas produzidos no século XVIII, segundo Garcia (2004), são predominantemente manuscritos, preto e branco e aquarelados, e são as escalas regionais, locais e urbanas que ganham evidência na produção setecentista. Esses mapas eram representados sob diversas categorias: diplomáticos, administrativos, itinerários, mapas missionários, militares, e também os que representaram a hidrografia, a exploração econômica, croquis, planos urbanos, edifícios etc.

> A maioria são esteticamente atractivos, porque coloridos e com rica iconografia, mas esse facto é a prova sobre os verdadeiros motivos da sua elaboração e da sua conservação: uma imagem de luxo para oferecer, para convencer, para glorificar um homem, um momento, uma ideia (GARCIA, 2004, p. 20).

Pode-se afirmar, entretanto, que foram poucas as imagens de conjunto do território colonial no período. As vastas faixas fronteiriças a Oeste e Sul ganharam ênfase, sobretudo, a partir dos anos de 1730, sendo possível encontrar mapas de diferentes escalas e com minuciosos detalhes das localidades e dos povos habitantes.

A predominância da cartografia estrangeira também é uma característica desse século, pois foram muitos os italianos, ingleses, franceses, holandeses etc. que trabalharam para a coroa portuguesa e produziram bases cartográficas das expedições demarcatórias encetadas na ocasião da efetivação dos tratados de Madri e Santo Ildefonso.

O Tratado de Madri (1750): a "caricatura" do Brasil

As negociações para a definição dos domínios territoriais sul-americanos e que culminaram no acordo conhecido como Tratado de Madri tiveram início no reinado de D. João V; contudo, a busca por resolver os problemas ocasionados pela superação do Tratado de Tordesilhas (1494) efetivou-se somente no governo de D. José I, em 1750, quando nessa ocasião ascendia Sebastião José Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal.

O Tratado de Madrid significou um acordo entre as coroas ibéricas, que consistiu em entregar e reconhecer oficialmente os territórios coloniais já ocupados; além disso, o tratado tinha por finalidade oficializar margens fluviais, marítimas e terrestres, definindo os limites dos poderes de ambas as coroas.

O acordo previa colocar término às desavenças presentes na região do Rio da Prata, no extremo sul da América Meridional, resultadas de conflitos anteriores com a coroa espanhola. Ainda estipulava, para o lado de Portugal, permutar o valioso território da Colônia do Sacramento e, em troca, adquirir o território dos Sete Povos das Missões, ocupado pelos indígenas Guaranis e pelos Jesuítas espanhóis no extremo sul.

Para as negociações do referido tratado, Portugal contou como representante com o brasílico Alexandre Gusmão. O diplomata versou em adotar, como estratégia geopolítica, os limites entre as colônias ibéricas, as *barreiras naturais*, e, ainda, o direito romano, cuja concepção do *uti possidetis, ita possideatis* (quem possui de fato deve possuir de direito) abalizaria as possessões territoriais.

Essa estratégia levou, segundo acreditava o diplomata, a "resolver os problemas da definição da fronteira americana", dada a inviabilidade de fazer valer o Meridiano de Tordesilhas, que na realidade já havia sido desrespeitado há bastante tempo. A esse respeito comenta Jaime Cortesão (2009, p. 260):

> Com os dados de posição obtidos por vários modos, Alexandre Gusmão chegara, sem a menor dúvida, à conclusão de que toda a defesa da soberania portuguesa sobre as vastas regiões da América meridional, ocupadas pelos luso-brasileiros, na base do Tratado de Tordesilhas, caducara irremediavelmente; e que, por consequência, era necessário fazer assentar as negociações em bases inteiramente novas.

Segundo Cortesão (2009), Gusmão era estudioso da geografia do território brasileiro, conhecedor da produção de mapas e diplomata "habilidoso". Então, para prosseguir as negociações, Gusmão valeu-se do "Mapa das Cortes", ou mapa "Confins do Brazil", de 1749 (ver Figura 1), cujas informações embasavam-se nos trabalhos cartográficos dos Padres Matemáticos e nas representações do território brasileiro feitas por diversos estrangeiros no início do século XVIII.

Ainda como aponta Cortesão (2009, p. 267), nesse mapa o Brasil ganha "sua fisionomia". Os traços que caracterizam os limites do território brasileiro anunciavam a "caricatura" da realidade e, "se comparamos o mapa das Cortes com um mapa actual da América do Sul, rapidamente nos damos conta de que naquela carta o Brasil não passa duma caricatura da realidade".

Figura 1. Mapa das Cortes (1749).



Fonte: Garcia (2011, p. 86).

O mapa apresenta, sob o título, a seguinte legenda: “Lo que esta de amarillo es lo que se halla occupado por los Portugues; Lo que esta de color de rosa es lo que tinen occupado los Espanóles; Lo que queda en blanco no está toda via al prezente occupado”.

As cópias originais do mapa podem ser consultadas na Biblioteca Pública Municipal do Porto, com a cota C-M&A-P.24(62)[2]. No mapa, os acidentes físicos e

2 Agradecimentos ao Prof. Dr. João C. Garcia, da Universidade do Porto, por ter cedido, na ocasião do estágio de pesquisa BEPE/FAPESP em 2014, um exemplar do catálogo “Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto” (2011), de onde obtivemos as imagens e as informações dos mapas presentes neste trabalho.

os principais cursos d'água foram bem assinalados, como também a vegetação e o relevo. O povoamento denso na região do Rio da Prata e do Uruguai foi identificado no mapa e observou-se ainda uma graduação das longitudes e latitudes, que apresentam numeração.

Segundo Cortesão (2009, p. 263), nesse mapa a estratégia utilizada por Gusmão consistiu em converter os rios e as vertentes em fronteiras, para,

> [...] à sombra deste princípio, estender a soberania portuguesa as vastidões totalmente ignoradas dos espanhóis. Portugal cedia a colónia do Sacramento e as suas pretensões ao estuário do Prata: mas, ao sul, limitados pelas vertentes e o curso do Uruguai, os actuais estado de Santa Catarina e Rio Grande, então inocupados na sua quase totalidade, passavam para Portugal. O mesmo sucedia com o sul de Mato Grosso. Ao norte, a zona imensa compreendida entre o Alto Paraguai, o Guaporé e o Madeira, dum lado, e o Tapajós, para não dizer o Tocantins, do outro igualmente inocupada, ficava também sob a soberania portuguesa; e ponta de flecha, que ia do Madeira ao Javari, dilatava-se em proporções muito maiores do que nas regiões de Curitiba e do Rio Grande do Sul, abrangendo parte do Japurá e os vales dos rios Negro e Branco.

Cortesão (2009, p. 262) afirmou que a documentação existente sobre o Tratado de Madri revelara a clara índole geopolítica de Gusmão, visando não somente a estender a fronteira para Oeste e Sul, mas também a "preservar a comunicação e a integração do Estado brasileiro na grande ilha-continente que pouco a pouco desvelara...".

A estratégia nas negociações tinha por baliza o discurso da "inviável" tarefa de demarcar as terras coloniais seguindo o meridiano de Tordesilhas. O mapa "Confins do Brazil" (Figura 1), apresentado pelos lusitanos, proporcionou a visão de conjunto das terras sul-americanas. No momento da negociação, a Corte portuguesa contou com as escassas informações por parte dos espanhóis, principalmente acerca das fronteiras do centro-oeste do território e do sudeste e sul até o litoral da Ilha de Santa Catarina.

Em linhas gerais, as principais distorções presentes no Mapa das Cortes e que foram deliberadas pelos portugueses são: estender o nordeste brasileiro 4° e 30' a leste; alterar o meridiano de Belém do Pará que, em vez de margear a Ilha de Santa Catarina pelo oriente, passaria pelo Rio Grande de São Pedro; o desvio do alto curso do rio Paraguai para leste, entre 4° e 7°; a redução do rio Amazonas por volta de 3°; e o deslocamento que teriam os rios Madeira, Guaporé e Tocantins para leste, de até 9° (CORTESÃO, 2009, p. 267).

Para se colocar em prática o acordo estabelecido, deveriam ambas as coroas

gerar esforços na delimitação *in loco* dessas terras. Tal trabalho serviria às expedições demarcatórias compostas por homens "inteligentes" e "hábeis" na arte da Cartografia e nos conhecimentos em Geografia, Matemática, Astronomia etc., para registrar com precisão a fronteira prevista no acordo.

Segundo Mario Clemente Ferreira (2001, p. 277),

> No século XVIII a cartografia perde definitivamente o seu carácter decorativo, em benefício da precisão científica. Os trabalhos cartográficos elaborados pelos técnicos das partidas demarcadoras são um claro exemplo desse processo, então em pleno desenvolvimento.

As técnicas mais avançadas de medição de terreno e de produção de mapas encontravam-se, em grande parte, no estrangeiro; desse modo, ambas as coroas precisavam de auxílios oriundos de outras partes da Europa.

> A linha de fronteira entre as Américas portuguesa e espanhola foi então dividida em seis troços, três pertencentes à designada comissão do norte e três à comissão do sul. [...] A constituição das partidas, como ficaram conhecidas aquelas equipas mistas, implicava um conjunto numeroso de técnicos de que Portugal não dispunha em quantidade, e até em qualidade, necessária para levar a cabo tal empreendimento sem o recurso a homens de outras nacionalidades (FERREIRA, 2011, p. 2).

No livro de Mário Olímpio Clemente Ferreira (2001), sobre o Tratado de Madri e as expedições demarcatórias, o autor demonstra como foram compostas essas expedições nos trabalhos ao sul do território brasileiro. O autor explicou as técnicas, os instrumentos e os métodos utilizados e, ainda, forneceu um panorama das condições reais da efetivação desse trabalho desempenhado por cartógrafos e geógrafos estrangeiros na América portuguesa em meados do século XVIII, bem como as condições de alimentação, as embarcações, a composição das tropas, a relação com os grupos indígenas etc.

É importante destacar o caráter militarista da tarefa demarcatória, pois, como demonstrou Mario Clemente (2001), a composição das "comissões mistas", como ficaram conhecidas, de técnicos e oficiais, não passava de 4%, diferentemente do número de escolta, que sempre fora o maior contingente humano dessas expedições. A comissão da primeira partida, por exemplo, que saiu em 1753 para cartografar o extremo sul do território brasileiro, era composta por 70% de escolta (homens militares para a "defesa" e a "manutenção dos trabalhos", entre eles indígenas, peões e capatazes) (FERREIRA, 2001, p. 139-140). Foi essa mesma comissão que, em 1753, avistou a resistência guaranítica nos Sete Povos das Missões, na ocasião da efetivação do Tratado de Madri nas bandas austrais. O

impasse devido à resistência indígena não permitiu o prosseguimento dos trabalhos demarcatórios, levando à sangrenta Guerra Guaranítica (1753).

Essa guerra tortuosa foi emblemática em relação aos imprevistos ocorridos no processo de demarcação dos limites da América meridional. A resistência guaranítica e jesuítica complicou a posição da Espanha, pois a resistência se colocara contra os dispositivos do Tratado de Madri e se recusara a sair das terras dos Sete Povos para migrarem até a Colônia do Sacramento, não permitindo, assim, que os trabalhos das partidas demarcatórias pudessem ser concluídos no terreno. Contudo, essa questão traz à cena o papel da violência como mediação fundante da ação colonizadora e como mecanismo inerente aos processos histórico e geográfico de delimitação das fronteiras sul-americanas.

Paralelamente a tal contexto de resistência, impulsionou-se a produção cartográfica do território colonial brasileiro; tratava-se, pois, de uma produção documental e da criação de uma retórica jurídica para a definição dos domínios das terras coloniais. O comentário abaixo, de Mário C. Ferreira (2001, p. 277), ajudou a pensar a situação:

> O período em que decorreram os trabalhos demarcadores assistiu, efetivamente, a uma volumosa produção cartográfica, cuja importância para o futuro do território brasileiro não se esgotou com a assinatura do Tratado do Pardo, em 12 de fevereiro de 1761. Aliás, essa importância acabaria por se prolongar por mais de um século. Trata-se de uma cartografia que ganhou definitivamente seu carácter científico e cuja utilização política se estendeu até a importantíssima acção desenvolvida a nível internacional pelo Barão do Rio Branco, relativamente à definição dos limites territoriais do Brasil.

Os mapas produzidos por essas expedições demarcatórias proporcionaram uma visão mais ampla para o colonizador sobre o território brasileiro nos meados do século XVIII. Houve um maior conhecimento das extensões das terras no extremo sul, como na região da Capitania do Rio Grande de São Pedro e do Rio da Prata.

Mesmo que os trabalhos cartográficos das expedições não tenham saído exatamente como o previsto nos artigos do Tratado de Madri, sendo muitas vezes impossível concluir a tarefa de traçar as características dos terrenos, ora por conta das condições físicas, ora pela resistência dos povos ocupantes, o que se pode afirmar é que as expedições demarcatórias desempenharam um papel fundamental no processo de reconhecimento e negociação dos limites da América Meridional a favor da metrópole.

As negociações das fronteiras, dos tratados e a produção dos mapas podem

ser concebidas como documentos "oficiais" e que, uma vez "legitimados" pelo Estado português, propiciaram o embasamento "jurídico" para a formalização e a mensuração dos terrenos apossados. Tal recurso jurídico criara a retórica fundamental de pertencimento do território, a qual cremos ter possibilitado, no século seguinte, o favorecimento à legalização da propriedade privada no Brasil. Nesse sentido, proporcionaram as condições formais para a "racionalização" da produção do espaço brasileiro, de modo a engendrar os "espaços em disputa" na economia-mundo capitalista-mercantil, instaurando, assim, um sistema de acumulação primitiva de capital no território brasileiro.

A centralidade que a colônia brasileira representou para a manutenção da economia e da política mercantilista de Portugal pode ser compreendida, também, através do grande números de mapas do Brasil Colônia produzidos pelos portugueses. O mapa "Mappa de huma parte da America Meridional, pertencente a devizão pelo publico Tractado de Lemites entre as duas Coroas de Portugal e Hespanha..." (Figura 2) ilustra a afirmativa.

Figura 2. "Mappa de huma parte da America Meridional, pertencente a devizão pelo publico Tractado de Lemites entre as duas Coroas de Portugal e Hespanha huma parte da America Meridional, pertencente a devizão pelo publico Tractado de Lemites entre as duas Coroas de Portugal e Hespanha..." (1769).



Fonte: Garcia (2011, p. 100).

O mapa foi atribuído ao português José Matias de Oliveira Rego, mas há especulação de que a base original em que foi construído tenha sido, na verdade, de José Custódio de Sá e Faria e dos cartógrafos que compuseram a primeira partida de demarcação *in loco* das fronteiras do extremo sul do Brasil encetadas no contexto das expedições demarcatórias do Tratado de Madri, em 1750.

A rede de paralelos do mapa permitiu delimitar o espaço cartografado: entre os ca. 28°S e os ca. 35°S, o mapa representou a Capitania do Rio Grande de São Pedro, atual estado do Rio Grande do Sul. O que é possível notar é que a representação teve por objetivo "pintar" a rede hidrográfica, sobretudo, com informações das ocupações eclesiásticas e as características gerais do relevo, tendo em vista perceber a fluidez nos caminhos fluviais e terrestres para o êxito no processo de ocupação e domínio territorial lusitano.

O mapa original pode ser consultado na Biblioteca Pública Municipal do Porto com a cota C-M&A-P.24(38). O desenho apresentou uma longa legenda, cuja preocupação elementar repousara sobre os caminhos que se passavam por terras na Capitania do Rio Grande de São Pedro: foram descritos os acidentes geográficos, a rede hidrográfica, a localização de ocupação indígena etc.

A transcrição presente na legenda disposta à margem esquerda do mapa (Figura 2) diz:

> Demostra a demarcação primeira de Castilhos grande, até ao posto de S.ta Tecla, e o Paíz porq' há passado a Armada de El Rey F., tudo configurado pellas ajustadas observaçoins da prancheta; como tambem o q. há atalhado o Exercito de S. M. C., e o q. se fecha entre o RioVruguay, e Missoins pertencentes a sobre dita de Marcação, o q. se pos com as referidas noticias dos praticos, e vaqueanos, assim Portug.s como Hespanhoes, a osquaes sendo mostrado, uniformes afirmaráo, estar conforme com o q. elles sabem do referido Paîs q o tem pizado. Demonstra igualm.te o gr.de como inutil trabalho q. sofreria a Armada de S. M. F., sahindo do Rio gr.de, a onde ao prez.te se acha, e marchasse por Chûy, e Serro de Ilhecas a unirse as Tropas de S. M. C., q. Sahirião de Monte Vedio, a fim de marcharem juntas a S.ta Tecla. Ultimam.te se mostra ser inconveniente o fazer-se em o passo de Chileno a junção dos dous Exercitos"; "A. Caminho q. sahe do R. gr.de p.a Chuy, Serros de Nabarro, e Ilhecas, até ao passo de Chilleno, q. devia fazer o Ex.to de S. M. F., até ao d.o posto, a onde seria a junção dos dous Ex.tos, seg.do a propozição do S.r G.al D. Jozé de Andonaegue. B. Caminho q.vem do d.o passo de Chilleno, até o posto de S.ta Tecla, e continua té S. Borja, tambem proposto pello sobre d.o G.al, no cazo de se atacar prim.ro aq.la Aldeia, ou para seguir a marcha de S.ta Tecla as Missoiñs.C. Lugares propostos pello S.r G.al Gomes Freire de Andrada, p.a em hú delles se

> ajuntarem os dous Ex.tos, e p.a os q.es pòde mais brevem.te marchar o de S.M.C., e com menos cuid.o de serem insultados pellos Indios, e se marchar com mais facilidade as Missoins" (GARCIA, 2011, p. 100).

Apesar de longa a descrição acima, ela nos pareceu bastante ilustrativa dos trabalhos desempenhados nas expedições demarcatórias. Ainda no mapa, outras informações foram possíveis de observação, tais como: a vegetação representada por símbolos que se dispersaram em todo o mapa, proporcionando profundidade; os principais núcleos de povoamento do extremo sul, como a "Collonia" e "Buenos Ayres"; a presença dos indígenas é apresentada próximo ao litoral, com a seguinte indicação: "R. Indio morte S. Luis" e "Xuy dos Indios", bem como as estruturas militares, como a "Fort.a de S. Mig.l", a "Fort.a de S. Gonçalo" e a "Fort.a do Rio Pardo".

Entre outros aspectos, observou-se a rede viária, que está inscrita através de linhas ponteadas em preto, algumas das quais parecem ter sido posteriormente corrigidas a tinta. Essas e outras indicações puderam ser melhor consultadas através do Catálogo "Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto" (GARCIA, 2011, p. 100).

Assim, essas informações geográficas contidas no mapa permitiram apresentar, em linhas gerais, o avanço cartográfico no século XVIII e o conhecimento por parte dos portugueses das terras coloniais americanas que estavam sob seu controle, cuja ânsia maior era viabilizar a exploração dos recursos encontrados para fomentar a disputa estabelecida no mercado europeu.

O aparente "vazio" do mapa, o destaque à rede hidrográfica e as informações "ocultas" (como as generalizações e as poucas descrições dos povos ameríndios habitantes dessas regiões) são peças-chave para a interpretação dessas representações, sobre as quais as ideologias e estratégicas geopolíticas se embasaram, e dos interesses que elas representavam.

Desse modo, em relação ao tratado, tendo como resultado a dificuldade em traçar os limites acordados em 1750, no decorrer dos anos de 1752 a 1763, houve tentativas em estabelecer um novo acordo. A saída encontrada foi a anulação do Tratado de Madri. Tal fato ocorreu em 1761 com o denominado Tratado do Pardo, que estabeleceu que os limites e as fronteiras voltassem ao estado anterior às negociações ocorridas em Madri, ou seja, nas condições que estipulava o Tratado de Tordesilhas.

Sem acordos, no ano de 1762, em estado de guerra, as expedições demarcatórias foram canceladas. A Espanha invadiu a Colônia do Sacramento e a região de Castilho, na povoação do Rio Grande de São Pedro, situado à margem sul

do canal de acesso à Lagoa dos Patos, lugar de grande valor estratégico para as navegações com o Rio da Prata.

Nessa conjuntura, o ano de 1763 representou mais uma tentativa de estabelecer a paz entre as coroas ibéricas, por meio do Tratado de Paz acordado nesse mesmo ano em Paris; porém o não cumprimento deste último tratado, devido à discordância dos espanhóis em restituir Rio Grande de São Pedro, resultou no aprofundamento do conflito, acentuando, sobretudo, a Guerra dos Sete Anos, que explodira na Europa. Desse modo, novamente as coroas ibéricas se puseram em lados opostos e, sem sombra de dúvida, essa rivalidade repercutiu nos territórios sul-americanos.

Em 1767, Portugal reconquistou o Rio Grande de São Pedro, permanecendo com esse território até 1776, quando a contrarreação espanhola levou de assalto a região do Rio Grande de São Pedro e a Ilha de Santa Catarina. Nessa ocasião, a coroa lusa encontrava-se politicamente fragilizada e incapaz de negociar em posição de vantagem com os castelhanos.

Todo esse contexto de guerras e disputas fronteiriças pode ser percebido através da grande produção cartográfica desenvolvida sobre a região Sul durante o período. As principais características dos mapas que representaram a região Sul naquele contexto foram os aspectos ligados ao espaço fluvial, nos quais os "nós de circuitos de navegação comercial", os "escoadouros para o *hinterland*", que se estendia entre a bacia do Uruguai e o litoral, ganharam destaques (GARCIA; ALMEIDA, 2000, p. 44).

A Planta do Rio Grande de S. Pedro (Figura 3) exemplifica o cenário de guerras vivenciado entre as coroas ibéricas nesse contexto.

Figura 3. Planta do Rio Grande de S. Pedro (1776).



Fonte: Garcia (2011, p. 96).

De acordo com Garcia e Almeida (2000), a planta acima não tem autoria conhecida, mas demonstra claramente o contexto de disputa travado nas bandas meridionais da América do sul.

> [...] "Os navios de guerra Portuguezes" "e os navios de guerra Espanhoes" enfrentaram-se no interior do estuário e, ao longo das margens, dispõem fortes e baluartes. Enquanto que a cartografia impressa existente é, sobretudo, uma cartografia hidrográfica, no caso da *Planta*..., todo o interior apresenta informações, quer do povoamento, quer da rede viária e mesmo da cobertura vegetal (GARCIA; ALMEIDA, 2000, p. 44).

Vale comentar que a aparente simplicidade da representação não deixa de esconder as preciosas informações oferecidas por essa "cartografia da guerra". No mapa se observou como as informações prezam pela clareza, sobretudo quando se refere às dificuldades da navegação: o destaque para a sinuosidade das enseadas aponta para essa questão.

Sendo assim, diante desse contexto de guerras e com a tentativa de superar as desavenças, em 1777 um novo tratado foi encabeçado na definição das fronteiras coloniais da América Meridional. Dessa vez, o intento era estabelecer a paz entre lusos e castelhanos de maneira definitiva, e, para isso, foi acordado o Tratado de Santo Ildefonso.

O Tratado de Santo Ildefonso

A conjuntura lusitana não era, naquele momento, a melhor. O tratado foi ratificado nos anos finais de governo do Marquês de Pombal; o ministro havia erigido uma reprovação estrondosa sobre sua figura, através de seu "despotismo esclarecido" nas políticas de reformas do Estado lusitano (FALCON, 1982). Com a morte de D. José I, no mesmo ano da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, Pombal foi definitivamente banido do cargo de primeiro-ministro.

Assim, com as desvantagens territoriais claras para as possessões portuguesas (ver Figura 4), ao ascender a Rainha D. Maria I, o Tratado de Santo Ildefonso foi firmado e os conflitos nas bandas meridionais da colônia sul-americana foram momentaneamente cessados.

O novo acordo assemelhou-se, em muitos aspectos, com aquele que foi firmado em 1750, inclusive com a formação de comissões demarcatórias mistas, para levantar e confirmar as informações obtidas nos terrenos americanos produzidos pelos comissários na época do Tratado de Madri, bem como com as estratégias do uso das barreiras naturais para a definição dos limites.

Segundo Guerreiro (1999), a principal diferença do Tratado de Santo Ildefonso incidiu, por parte de Portugal, em ceder o território dos Sete Povos das Missões, estendendo o seu poderio territorial até os limites de Santa Catarina. Para os espanhóis, ficaram as terras do que representa hoje o estado do Rio Grande do Sul no território brasileiro. A grande novidade no acordo era o estabelecimento dos "campos neutros", terras sem jurisdição em que não foi possível chegar num acordo em relação à posse, como o caso das terras próximas às fronteiras do extremo sul da colônia, na região do Rio da Prata.

A imprecisão da jurisdição e dos limites territoriais desses "campos" potencializou a prática de contrabando nas porções austrais, problema já bastante conhecido dos Estados ibéricos e que não foi plenamente resolvido em todo o século XVIII ao longo da faixa fronteiriça sul-americana.

Figura 4. Mapa do Continente da Colónia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro até a Ilha de Santa Catarina... (1750).



Fonte: Garcia (2011, p. 82).

O mapa acima contém o seguinte título original: "Mappa do Continente da Colônia do Sacramento, Rº Grande de S. Pedro the a Ilha de S. Catharina com a linha divizoria da Arraya ajustada pelo Tratado de Limites celebrado entre as corôas de Portugal e Castela em ano de MDCCL" (1750). Ele apresenta a linha divisória do Tratado de Santo Ildefonso, grafado em vermelho e recortando, no topo dos planaltos, em sentido sudeste-noroeste a porção meridional do território

colonial; apresenta uma linha na cor preta que demonstra os caminhos da região e traz, ainda, as informações acerca do relevo, como as serras e os principais cursos de água, como as Lagoas dos Patos e Meri (Mirim). A versão original do mapa pode ser consultada na Biblioteca Pública Municipal do Porto com a cota C-M&A-P.24(61).

O mapa do Tratado de Santo Ildefonso (Figura 4) demonstrou-nos, como visto anteriormente, um importante avanço técnico na cartografia, em decorrência das novas utilidades dos mapas para a efetivação do domínio territorial. A preocupação com a exatidão das localizações e distâncias entre lugares, em detrimento aos decoros e motivos artísticos, revelou seu caráter cada vez mais utilitário e militarista.

Os limites negociados no tratado pelas comissões demarcatórias seguiram até o início do século XIX, quando a instabilidade política assolou novamente as Coroas ibéricas e o restante da Europa. Nesse contexto, Portugal conseguiu retomar o domínio da região dos Sete Povos das Missões, anexando-a à Capitania do Rio Grande de São Pedro, a qual esteve até hoje ligada, configurando, dessa forma, a região do extremo sul do território brasileiro.

Considerações finais

As políticas territoriais em meados do século XVIII no Brasil, engendradas pela expansão comercial e dirigidas pelas negociações luso-espanholas e sob o arco de interesses econômicos dos demais países europeus dominantes da época, como a Inglaterra e a França, produziram, além de inúmeros acordos e tratados territoriais, volumoso material cartográfico que expressou, entre outras coisas, a ação imperativa do colonizador na conquista de riquezas e na submissão do colonizado.

Desse modo, os mapas tornaram-se documentos passíveis de identificar a prática econômica encetada pelas coroas ibéricas na luta por riquezas e territórios que lhes garantissem a hegemonia sobre a circulação e o comércio das principais mercadorias do "mundo colonial", como o ouro, a prata e escravos.

A intenção foi trazer algumas ponderações que permitissem conceber a produção cartográfica associada a um movimento histórico mais geral que ocorria na Europa, a consolidação do capitalismo mercantil. A evolução de uma cartografia "espetaculosa" e "fantástica", dos Quinhentos e Seiscentos, para uma representação "exata" e "realista" dos mapas nos Setecentos indicaram as transformações gerais da sociedade absolutista europeia.

Assim, de modo a enquadrar os diferentes processos de mapeamento do território do Brasil e da formação de suas fronteiras no período colonial, apresenta-

se, a seguir, uma periodização, como uma tentativa didática de pensar os diferentes "estágios" dessa formação territorial. São eles: "O momento do 'Reconhecimento' (1500-1600), o de 'Oficialização' (1600-1700) e o de 'Jurisdição' (1700-1800) do território do Brasil".

O momento de *Reconhecimento* está relacionado àquele em que a cartografia metropolitana restringiu-se ao litoral brasileiro, nos anos entre 1500 e 1600, quando avanços das técnicas e estudos da cartografia ainda eram incipientes, com representações "fantasiosas" e "espetaculosas", pelas quais ainda mal podiam ser concebidos a extensão e o interior da "terra brasilis". Esse momento originário da fundação da colônia brasileira merece estudos mais detalhados, o que não foi possível desenvolver nesse artigo.

Os dois outros "estágios" — *Oficialização* e *Jurisdição* — são os que mais corresponderam ao recorte do trabalho.

O período de *Oficialização*, que estaria entre os anos de 1600 e 1700, se enquadrou naquele em que o Estado português formalmente decretara a necessidade do conhecimento do interior da América Meridional. Uma expressão desse momento foi a contratação dos trabalhos cartográficos dos Padres Matemáticos, nos anos de 1730, quando da tentativa da produção do "Atlas da América portuguesa".

Nessa conjectura, pode-se associar a importância das "ideologias geográficas" construídas para a retórica da posse das terras do Brasil, como o mito da "Ilha-Brasil", a intervenção das ações das bandeiras e a consolidação das cidades no interior da América portuguesa, que, por ora, não foram foco, mas que sem dúvida convergiram para o contexto de interiorização do território colonial brasileiro.

O período da *Oficialização* refere-se àquele em que houve o fomento, encabeçado pelo Estado português, à legitimação das divisões das capitanias e, ao mesmo tempo, à obtenção de informações mais precisas sobre o funcionamento da colônia, coincidindo com o momento auge do ouro brasileiro e, portanto, da "legitimação" dos confins do Brasil e do seu "Sertão".

Contudo, torna-se imprescindível esclarecer que os lugares tornaram-se "sertões" não por uma qualidade físico-geográfica ou por uma delimitação cartográfica estrita, mas assim são a partir de uma ótica emanada do centro de poder, que reclamou a situação atual desses territórios — ficando, dessa forma, como espaços que atraíram novas formas de ocupação e exploração na colônia.

Com isso, tal "oficialização" proporcionou o aumento do conhecimento da extensão da colônia brasileira e permitiu que a metrópole lançasse projeções do

modo como "organizar racionalmente" o território colonial segundo as demandas do mercado europeu e de modo a garantir, para o Estado português, a fiscalização e a tributação da produção colonial.

Nesse sentido, o terceiro momento estaria entre os anos de 1700 e 1800, que marcaram as expedições cartográficas resultantes dos tratados de Madri, em 1750, e Santo Ildefonso, em 1777, o qual denominamos de fase de *Jurisdição*.

Essa "Jurisdição", como propomos, revelou que as negociações das fronteiras, os Tratados e os mapas representaram documentos "oficiais" e que, "legitimados" pelo Estado português, forneceram o embasamento "jurídico" para a delimitação e a efetivação da posse das terras coloniais.

Essa cartografia gerou informações geográficas que serviram a diferentes usos: para a ação militar; para orientar o escoamento de mercadorias e potencializar as trocas comerciais estabelecidas entre colônia-colônia e colônia-metrópole; para a negociação e a delimitação das fronteiras; para divisão dos limites internos da colônia, traçados e limites urbanos, definição das extensões dos terrenos etc.

Em suma, a "grande ilha-continente", reivindicada por Gusmão, revelou que o Tratado de Madri, através do mapa "Confinz do Brasil", expressava as embrionárias estratégias geopolíticas que configuraram a fronteira do território brasileiro. A preocupação fundamental deveu-se à preservação do imenso território em relação às ameaças de invasões dos outros Estados europeus; isso porque naquele século a colônia brasileira representava a grande fonte de riqueza para os lusitanos, sobretudo através da extração aurífera e do tráfico negreiro.

Nessa esteira de interpretação, pode-se também compreender o Tratado de Santo Ildefonso, quando, no contexto de sua assinatura, Portugal encontrava-se impotente no cenário comercial e político europeu, sendo que a perda do território do Rio Grande de São Pedro escancarava tal fato.

A produção cartográfica e a definição das fronteiras sul-americanas estiveram inscritas num dado contexto em que muitas transformações ocorreram na economia e na política de Portugal e na Europa como um todo. Nesse sentido, a consolidação das fronteiras do Brasil esteve relacionada ao movimento totalizador das relações sociais capitalistas em expansão, que se desenrolaram ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Destarte, foram as aspirações de um novo modo de organização social, cuja base assentava-se na lógica mercantilista de expansão territorial, que envolveram as condições basilares dos tratados fronteiriços nos Setecentos e expressaram a formação territorial do Brasil.

Referências

ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748).* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas.* T. I-II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

FALCON, Francisco José Calasãs. *A época pombalina:* política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

FERREIRA, Mario Olímpio Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional:* os trabalhos demarcadores das partidas do sul e a sua produção cartográfica (1749-1761). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

GARCIA, João Carlos. Nos contrafortes dos Andes: reflexões geográficas sobre a cartografia do Brasil setecentista. *Mercator,* Ceará, ano 3, n. 6, p. 19-24, ago. 2004.

____. (coord.). Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto: Catálogo. Porto: Pelouro do Conhecimento e Coesão Social; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. CD-ROM.

GARCIA, João Carlos; ALMEIDA, André Ferrand de. A América Portuguesa nos Manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In:_____. *A terra de Vera Cruz* - viagens, descrições e mapas do século XVIII. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000.

GUERREIRO, Inácio. Fronteiras do Brasil Colonial: a cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII. *Oceanos,* Lisboa, n. 40, p. 23-42, out./nov. 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia histórica do Brasil:* capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar.* São Paulo: Edusp, 2008.

Sobre a autora

Jessica Aparecida Correa: licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (2014), campus de Rio Claro.

* * *

ABSTRACT

The border, the treaties and the maps: Brazil's territorial formation and the treaties of Madrid and San Ildefonso

This article presents the main geopolitical treaties occurred in colonial Brazil during the Pombal period, between the years 1750 and 1777: the treaties of Madrid (1750) and San Ildefonso (1777). With the mediation of Historical Geography and Historical Cartography, we seek to identify the ways of demarcating boundaries established in the southern borders of Brazil and the political disputes between Portugal and Spain. The study becomes important for bringing the genesis of the current contours and of the size of Brazil, allowing the understanding of the propositions of the treaties, as well as of the demarcations made in the period, revealing the strategies of occupation, internalization and implementation of the metropolitan domain in the vast lands of the Brazilian colony.

KEYWORDS: border, geopolitics, Treaty of Madrid, Treaty of San Ildefonso, Brazil's territorial formation.

RESUMEN

La frontera, los tratados y los mapas: la formación territorial de Brasil y los tratados de Madrid y San Ildefonso

Este artículo presenta los principales tratados geopolíticos que se han producido en el Brasil colonial en el período pombalino, comprendido entre los años 1750 y 1777: los tratados de Madrid (1750) y San Ildefonso (1777). Con la mediación de la Geografía Histórica y de la Cartografía Histórica, este trabajo busca identificar las formas de demarcación de límites territoriales establecidos en las fronteras del sur de Brasil y las disputas políticas libradas entre Portugal y España. El estudio es importante para llevar a la escena la génesis de los contornos actuales y del tamaño de Brasil, lo que permite la comprensión más amplia de las proposiciones de los tratados, así como de las demarcaciones realizadas en el período, revelando las estrategias de ocupación, internalización y efectivación del dominio de la metrópolis en las vastas tierras de la colonia brasileña.

PALABRAS CLAVE: frontera, geopolítica, Tratado de Madrid, Tratado de San Ildefonso, formación territorial de Brasil.

BCG: http://agbcampinas.com.br/bcg